



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

25
f

Habeas Corpus nº: 206.181-8
Comarca: Olinda
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Yolanda Alexandrino da Silva
Paciente: Edson Bezerra da Silva
Procurador de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

129

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO. JUSTIFICADO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DENEGAÇÃO.

1. A alegação de excesso de prazo deve ser apreciada em cotejo com o princípio da razoabilidade.
2. Retardo razoável, verificado que o julgador tem dado impulso à marcha processual, adotando, para tanto, as medidas que lhe incumbe, sendo os esforços obstados por dificuldades alheias ao judiciário.
3. Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator

509



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

26
JUL 15 2009

Habeas Corpus nº: 206.181-8
Comarca: Olinda
Vara: 1ª Vara Criminal
Impetrante: Yolanda Alexandrino da Silva
Paciente: Edson Bezerra da Silva
Procurador de Justiça: Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

130

RELATÓRIO

Impetra-se a presente ordem de habeas corpus em favor de **Edson Bezerra da Silva**, denunciado nos autos da ação criminal nº 226.2009.002453-4, como incurso nas penas do art. 33, da Lei 11.343/2006, em trâmite perante o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, indigitado coator, sob alegação de coação ilegal por excesso de prazo no início da instrução criminal.

A inicial não foram acostados documentos.

Não havendo pleito liminar, requisitei informações pertinentes ao Juízo impetrado, que as preslou mediante ofício de fls. 14/15.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Janeide Oliveira de Lima, mediante parecer de fls. 20/21, opinou pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

VOTO

Pretende-se, por meio do presente habeas corpus, a liberdade do Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal, por excesso de prazo.

Argumenta, em prol de seu pleito, que o mesmo se encontra preso há 09 meses, não tendo sido até então realizada audiência de instrução e julgamento.

Segundo informações do Juízo *a quo*, a Paciente foi preso, em razão de flagrante delito, em 18.04.2009, acusado de prática de tráfico ilícito de entorpecentes, por ter tentado, ao perceber a presença de policiais, desfazer-se de uma sacola plástica contendo 15 (quinze) pedras de crack.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

27
J

131

Notificado o paciente em 01.05.2009 para apresentação de defesa preliminar, foi a mesma apresentada pelo acusado em 05.06.2009.

Recebida a denúncia em 09.06.2009, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28.09.2009, que restou frustrada pela não apresentação do preso pela SERES.

Remetidos os autos para o Mutirão Carcerário, em 20.10.2009, foram os autos devolvidos ao Juízo processante em 14.12.2009, momento em que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 12.04.2010.

Os autos encontram-se saneados e aguardando a audiência designada, havendo, ainda, laudos provisório e definitivo de perícia físico-química atestando a natureza ilícita da substância apreendida.

Submete-se a alegação de excesso de prazo ao princípio da razoabilidade, observadas as peculiaridades do caso concreto. Não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas inerentes a cada caso.

Se a delonga é desmedida e não resulta de ação do acusado preso, mas imputável à autoridade, corrige-se o abuso pondo-se o acusado em liberdade, pouco importando a natureza do delito. Todavia, se a demora é de pequena monta, podendo ser compensada no curso da instrução criminal, não há falar em coação ilegal por excesso de prazo.

O prazo para formação da culpa, estabelecido por construção jurisprudencial, não deve ser visto como absoluto e intransponível, apto, por si só para ensejar a concessão da ordem por constrangimento ilegal.

Para configurar coação ilegítima, mister que o eventual retardo verificado seja irrazoável e imputável à desídia do juízo, do aparato judicial ou do Órgão Ministerial, o que inócorre no caso vertente.

Na hipótese em apreço, inobstante a dilação prazal verificada entre a prisão em flagrante e o início da instrução criminal, é assente na jurisprudência que o tempo da instrução criminal deve ser conlato de maneira global e não sobre cada etapa da instrução criminal.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

28
132

Finalmente, colhe-se dos autos que o julgador tem dado impulso à marcha processual, adotando, para tanto, as medidas que lhe incumbe, sendo os esforços obstaculados por dificuldades alheias ao judiciário.

Não vislumbro, portanto, presente o alegado constrangimento ilegal a ensejar a concessão da ordem, a despeito da demora verificada na conclusão da instrução criminal em curso.

Por todo o exposto, voto pela denegação da presente Ordem de Habeas Corpus.

É como voto.

Recife, 02 de Fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator